

CALDERÓN MEDINA, Inés, *Los Soverosa. Uma parentela nobiliaria entre tres reinos. Poder y parentesco em la Edad Media hispana (ss. XI-XIII)*, Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid, 2018, 280 pp. ISBN: 9788484489672.

DOI: <https://doi.org/10.24197/em.20.2019.372-376>

Inés Calderón Medina, Professora da Universitat de les Illes Balears desde 2012, é Doutorada em História, Época Medieval, pela Universidade de Valladolid, desde 2009, e pós-Doutorada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O seu doutoramento materializou-se na tese *Cum magnatibus regni mei. La nobleza leonesa e o poder regio durante los reinados de Fernando II y Alfonso IX de León (1157-1230)*, realizada sob a superior orientação de Pascual Martínez Sopena, defendida em 2009 e publicada em 2011 (CSIC, Madrid). O seu pós-doutoramento foi acompanhado, na Universidade do Porto, por José Augusto de Sottomayor Pizarro. Ou seja, a Autora, tal como os elementos da nobreza transfronteiriça que estuda, no percurso dos seus doutoramento e pós-doutoramento, movimentou-se entre Espanha e Portugal, sobretudo entre Madrid e Valladolid e entre Valladolid e o Porto, tendo, também, passado por Lisboa. O que significa que, no substrato da sua formação, no campo historiográfico em que se move, para além de Pascual Martínez Sopena e de quantos o inspiraram no seu já clássico trabalho *La Tierra de Campos Occidental (siglos X-XIII)*, estão também os que se formaram com aquele que mais impulsionou os estudos nobiliárquicos em Portugal –José Mattoso– e, com eles, quantos os souberam seguir na renovação historiográfica sobre a nobreza medieval ibérica.

A superior qualidade da tese de doutoramento de Inés Calderón Medina –já objecto das avisadas recensões críticas de Hermínia Vasconcelos Vilar¹ e *Arsenio Dacosta Martínez*²– manifestava bem, não apenas um ponto de chegada de um percurso de investigação, bem traçado e bem programado, mas, sobretudo, permitia augurar um seguro, sólido, profícuo e continuado caminho no âmbito historiográfico da sua eleição: a nobreza medieval peninsular, sobretudo a mobilidade nobiliárquica transfronteiriça e as relações entre reinos (Portugal e Leão, entre 1157 e 1230, primeiro; Portugal, Leão e Castela, entre o séc. XI e o final de Afonso X, depois). Os trabalhos que se seguiram *Beyond the border: the aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230)*³; *Reyes, nobles y frontera. Entre la violencia y el parentesco en el espacio fronterizo*

¹ *Revista Portuguesa de História*, vol. 44 (2013), p. 429-432.

² *Studia Zamorensia*, vol. 11 (2012), p. 281-283.

³ *e-JPH* [online], vol. 12, nº1 (2014), p.1-48 (coautoria de João Paulo Martins Ferreira).

*galaico português (siglos XII-XIII)*⁴; *La extension de las redes de parentesco de la nobleza ibérica plenomedieval*⁵; *La mobilidade nobiliaria en las fuentes medievales hispanas. Hagiografía, cantigas y genealogia (siglos XII-XIV)*⁶ dão conta da sua convivência e identificação com a temática, e suas variantes, e da continuada busca de aprofundamento da mesma.

Partindo deste alargado –e documentalmente bem sustentado– âmbito cronológico e geográfico da mobilidade protagonizada por elementos de parentelas fronteiriças, passou, agora, a um estudo de caso, os Soverosas, parentela cujo destacado papel político em Portugal e em Leão e cujo êxito na sua política de parentesco com a monarquia leonesa a Autora já conhecia bem (pelo menos em alguns momentos da sua trajetória), como o revelou em *La nobleza portuguesa al servicio de los reyes de León 1157-1187. Pero Pais de Maia y Vasco Fernandes de Soverosa*⁷, *El concubinato regio en la definición de la frontera galaico-portuguesa (s. XII-XIII)*⁸, *La solidaridad familiar. La participación de la nobleza leonesa en la guerra civil de Portugal (1245-1247)*⁹ ou, ainda, em *Rodrigo Froilaz, esposo de Chamoá Gomes de Tougues. Los fundadores de Santa Clara de Entre-os-Rios*¹⁰. Creio mesmo que a maior atracção para o estudo que aqui apresento decorreu da verificação das contrastantes posições da historiografia portuguesa, inclusive dos dois historiadores de que era mais devedora, J. Mattoso e J. A. Sotomayor Pizarro, acerca da origem da linhagem dos Soverosas, mais precisamente da filiação do seu patriarca Fernando Peres Cativo.

Estamos, pois, perante um trabalho bem sustentado e inserido na convergência de várias linhas do avanço historiográfico: as novas perspectivas sobre a nobreza, sobre a fronteira e, conseqüentemente, sobre a circulação da nobreza medieval; a renovação da problemática do poder régio e das relações entre reis, nobres e eclesiásticos em zonas de fronteira; a assunção do vínculo real entre questões políticas e redes de parentesco. Trabalho agora facilitado pela publicação de numerosas fontes, sejam as emitidas por 18 chancelarias régias –de Fernando II a Sancho IV, em Leão e Castela, e da condessa D. Teresa a D. Dinis, em Portugal– ou por inúmeras chancelarias monásticas; sejam as Inquirições, os Livros de Linhagens ou a poesia trovadoresca; sejam, ainda, a antroponímia, a epigrafia, a heráldica, os túmulos ou os selos. Ciente da importância do cruzamento de todo o tipo de fontes,

⁴ *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. 64, nº 130 (enero-diciembre 2017), p. 91-117.

⁵ *Studia Zamorensia*, vol. 18 (2018), p. 11-17.

⁶ In REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel (coord.) - *Poderes, espacios y escrituras. Los reinos de Castilla y Leon (XI-XV)*. Madrid: Silex Ediciones, 2018.

⁷ In JIMÉNEZ-ALCÁZAR, Juan Francisco et al. (eds.) - *Actas del IV Simposio Internacional de Jóvenes Medievalistas*. Murcia, 2008.

⁸ In ARIAS GUILLÉN, Fernando; MARTINEZ SOPENA, Pascual (eds.) - *Los espacios del Rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018, p. 275-304

⁹ *Hispania*, vol. LXXIII, nº 245 (septiembre-diciembre 2013), p. 617-646.

¹⁰ *Revista População e Sociedade*, vol. 20 (2012), p. 131-152.

a todas recorreu, procedendo à sua cuidada análise, para lograr a reconstituição genealógica, perseguir as trajectórias políticas ou religiosas de diferentes membros da parentela, reconstruir patrimónios e sua implantação geográfica, perceber a participação da linhagem no ambiente cultural do século XIII (fosse por via da autoria ou da referência em composições) e rastrear os processos identitários e de preservação da memória da família. Enfim, para a consecução dos objectivos primeiros que Inés Calderón Medina se impusera: revelar aqueles que eram, até aqui, os pontos mais obscuros da linhagem dos Soverosas –a sua origem, a dimensão da rede de parentesco (forte mobilidade nobiliárquica) que se estendeu por Galiza, Portugal, Leão e Castela, bem como alguns aspectos desconhecidos, ou menos conhecidos, no comportamento desse parentesco e sua influência na evolução política entre os três reinos.

Utilizando o método prosopográfico, que domina com perícia e proficiência, reconstruiu 9 gerações da família (patenteadas em elucidativos apêndices genealógicos); reconstituiu a carreira política dos membros mais destacados dos Soverosas, desenvolvida entre os séculos XI e XIII em três cortes (leonesa, portuguesa e castelhana) e servindo quase simultaneamente vários monarcas; analisou as estruturas do parentesco e suas manipulações, nomeadamente, as estratégias matrimoniais com famílias da mais elevada estirpe (Sousas, Fornelos, Riba de Vizela, Briteiros, Haros Girões, Castros –muitas das quais compartindo os seus interesses na fronteira) e, também, com a monarquia leonesa.

Pondo em dúvida, ou recusando, com fundamentados argumentos, as hipotéticas atribuições de paternidade de Fernando Peres Cativo tanto a Pero Froilaz de Trava como a Pero Gonçalves de Lara ou ao conde Gomes de Sobrado, de forma insistente e penetrante, voltou a reunir, examinar e inquirir toda a documentação, acabando por construir a sua proposta –a meu ver, mais provável que qualquer uma das anteriores– na filiação de Fernando Peres Cativo em Pero Pais Cativo, ligado a El Bierzo e a Astorga, importante tenência do conde D. Henrique (capítulo 1). Assim se explica que Fernão Peres integrasse desde cedo o séquito de Afonso Henriques, lhe tivesse oferecido a sua fidelidade na guerra contra a mãe e tivesse, se não inspirado, pelo menos executado uma boa parte do projecto do infante/rei. Não foi, por isso, descuidado o autor do *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vincentii Vlixbone* que –porventura para imprimir maior verosimilhança à sua narração– não só liga Fernando Peres à corte afonsina e à conquista de Lisboa, mas também o distingue como um testemunho a que recorreu, perpetuando-lhe, assim, a sua memória. Faltou apenas relembrar as anteriores marcas deixadas em Coimbra, onde, por certo enquanto alferes de Afonso Henriques (1129-1137), protagonizou uma operação de reconquista, realizada na região da Ladeia (Rabaçal), que ficou conhecida e registada em diplomas do mosteiro de Santa Cruz, como a *presúria de Fernando Cativo*. Dela terá resultado ocupação e repartimento de terras, muitas das quais deixadas depois à canónica. Em carta de doação feita a esta pelo Rei, em 1160, referem-se como proprietários vários cavaleiros de Coimbra e,

nomeadamente, o próprio Fernando Cativo (*curralem que fuit de bobus Fernandi Captivi*)¹¹. Mais de cem anos depois, em 1265, numa contenda entre o rei D. Afonso III e Santa Cruz sobre o direito ao dízimo em herdades na mesma zona, o monarca exigia de todas o tributo, excepto das que haviam sido de Fernando Cativo, do pretor D. Rodrigo e de D. Randulfo¹².

O trabalho desdobra-se depois, nos capítulos seguintes (2-4), nas sucessivas gerações da parentela: os filhos de Fernando Peres Cativo; os filhos de Vasco Fernandes Cativo; os partidários de Sancho II de Portugal na corte de Afonso X, correspondendo este à geração dos filhos de Gil Vasques, ainda que se sobreleve, por via do poder do parentesco e dos mecanismos da solidariedade parental, das armas ou, até, da poesia, a fidelidade ao monarca legítimo deposto e o exílio de vários elementos da família em Castela — mobilidade que o apoio de parentes em ambos os reinos propiciava. O que poderia ter sido enriquecido com a revelação do mundo vassálico que esses magnates, ou alguns deles, acolhiam.

Para o efeito analisa casamentos e recasamentos, relações legítimas e concubinatos — e as estratégias que os sustentam —, acompanhando as trajectórias de cada filho e filha, na Corte ou na Igreja, sempre projectadas em esclarecedores apêndices genealógicos da família. Não tendo deixado de complementar esses percursos com o exame do património de cada um (ou de alguns) nos três reinos, e, até, dos meios de aquisição do mesmo, muito beneficiaria esta obra, e quantos a ela recorrerem, com uma mais cuidadosa referência geográfica e sua visualização cartográfica.

Nos dois últimos capítulos, retoma uma perspectiva de conjunto. No primeiro deles, a Autora detém-se sobre os *fili regis*, ou seja, sobre as alianças matrimoniais entre a linhagem de Soverosa e a realza, mormente entre Afonso IX de Leão e Teresa Gil de Soverosa (e, também, da filha destes, Maria Afonso, com o infante Afonso de Castela, futuro Afonso X), para enfatizar as consequências, para ambas as partes, deste *miscrar* do sangue dos Soverosas com o sangue real. Finalmente, o último capítulo, dedica-o aos diversos mecanismos de criação da identidade e consciência da linhagem e da preservação da sua memória (plasmados na antropónimoia, nos escudos, nos selos, nos túmulos e nos lugares de sepultura).

Se descurarmos alguns dissonantes aspectos formais¹³ ou uma ou outra apressada leitura ou interpretação de alguns documentos¹⁴, direi que nesta obra se intersectam na perfeição as características e exigências do objecto de estudo — uma linhagem cujas origens se mantinham na penumbra e cujas estruturas e trajectórias

¹¹ TT- *Livro de D. João Teotónio (Santa Cruz de Coimbra)*, fls. 33v e 142.

¹² TT- Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Régios, III, 18.

¹³ Permito-me referir a ausência de uma qualquer norma para a apresentação das referências bibliográficas, bem como de uma exacta referência da toponímia.

¹⁴ Vejam-se a identificação de Gonçalo Mendes de Sousa como *nutritor* de seus netos, filhos de Vasco Fernandes, quando realmente é referido como tal Paio Gonçalves (p. 88 e 90, nota 12); ou a consideração como doação de D. Dórdia Gil ao mosteiro de Pedroso daquilo que é um *fontum*, isto é, um inventário da fazenda e rendimentos de sua mãe que encontrou à morte desta.

familiares, patrimoniais e políticas, parcialmente conhecidas dos historiadores portugueses, permaneciam “casi desapercibidas” para os historiadores dos reinos de Leão e Castela– com as capacidades, competências, espírito inovador e sistemático, tão interrogativo quanto opinativo, tão interpretativo quanto assertivo e determinado de Inés Calderón Medina.

Leontina VENTURA
Universidade de Coimbra – FLUC/CHSC
leventura@sapo.pt